

Uma Discussão Acerca do Uso da Pesquisa-ação em Administração e Ciências Contábeis

A Discussion About the use of Action Research in Administration and Accounting Sciences

Marluce Dantas de Freitas Lodi

Doutoranda em Administração, Unigranrio
Rua da Lapa, 86 – 9º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ
marluce.lodi@gmail.com

Michel Jean Marie Thiollent

Doutor em Sociologia, Sorbonne - Paris V
Professor Adjunto do PPGA/Unigranrio
Rua da Lapa, 86 – 9º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ
m.thiollent@unigranrio.edu.br

João Felipe Rammelt Sauerbronn

Doutor em Administração, EBAPE/FGV-RJ
Professor Adjunto do PPGA/Unigranrio
Rua da Lapa, 86 – 9º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ
joao.sauerbronn@unigranrio.edu.br

Resumo - Diante da necessidade de aproximar o conhecimento acadêmico da sociedade e ampliar a participação da academia no que diz respeito à solução de problemas sociais que nos cercam, a Pesquisa-Ação permanece como uma opção metodológica consistente. A Pesquisa-Ação é um método de estudo do sistema social que busca uma compreensão acerca dos processos sociais, ao mesmo tempo em que busca intervir nesses processos e resolver problemas específicos. Contudo, a Pesquisa-Ação não tem seu uso restrito à resolução de situações problemáticas, uma vez que durante o acompanhamento e a proposta de soluções tanto pesquisadores quanto atores envolvidos aumentam seus conhecimentos acerca da realidade social. A Pesquisa-Ação aproxima pesquisadores e pesquisados e o envolvimento dos participantes no processo de mudança faz com que eles pensem e reflitam sobre o que estão fazendo de forma articulada. No presente artigo, retomamos a discussão acerca do uso da Pesquisa-Ação no campo da Administração e das Ciências Contábeis. Para tanto, apresentamos as origens e fundamentos da Pesquisa-Ação, discutimos sua operacionalização de forma detalhada e refletimos acerca de seu uso em pesquisas acadêmicas. Com isso, esperamos oferecer aos pesquisadores do campo da administração e das ciências contábeis, uma alternativa metodológica para trabalhos acadêmicos voltados tanto para contribuições teóricas para o campo, quanto para as mudanças na realidade social.

Palavras chave: Pesquisa-ação; Pesquisa Acadêmica em Administração e Contabilidade; Participação; Transformação; Intervenção.

Submetido em maio e aceito em outubro, 2017 por André Luiz Bufoni após o processo de Double Blind Review

Abstract - Facing the need to bring academic knowledge closer to society and broaden the participation of academia in solving social problems around us, Action Research remains a consistent methodological option. Action Research is a method of studying the social system that seeks an understanding of social processes, while seeking to intervene in these processes and solve specific problems. However, Action Research does not have its use restricted to the resolution of problematic situations, since during the monitoring and the proposal of solutions both researchers and actors involved increase their knowledge about social reality. Action Research brings researchers and subjects closer together and makes participants engaged in the change process think and reflect on what they are doing in an articulate way. In the present paper, we return to the discussion about the use of Action Research in the field of Administration and Accounting Sciences. To do so, we present the origins and fundamentals of Action Research, address its operationalization in detail and discuss its use in academic research. With this, we hope to offer researchers in the field of Administration and Accounting Sciences a methodological alternative for academic work focused both on theoretical contributions to the field and on changes in social reality.

Keywords: Action Research; Academic Research in Administration and Accounting Sciences; Participation; Transformation; Intervention.

Introdução

No momento em que se volta a discutir o papel da universidade e a importância do conhecimento gerado no meio acadêmico para a sociedade (para mais atenção a esse tema, vide SANTOS, 2005), é importante chamar a atenção de pesquisadores das áreas de administração e ciências contábeis para possibilidades de desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que tratem dos problemas sociais que nos cercam. Vemos a exacerbada preocupação dos pesquisadores com as métricas de produção, eminentemente associadas a publicações científicas (XAVIER; BARROS, 2017), e um interesse menor pelas questões que a sociedade brasileira enfrenta. De alguma forma, esse é o resultado da adoção de estratégias de trabalho repetitivas, desprovidas de questionamento crítico ou reflexivo e focadas quase que exclusivamente no rigor, que servem como formas mais seguras de se alcançar sucesso na carreira acadêmica (MAJOR, 2017).

Na medida em que pesquisadores percebem a necessidade de aproximar o conhecimento desenvolvido nas universidades às demandas da sociedade, torna-se necessário buscar novas possibilidades e novos suportes para a pesquisa científica. Dentre as alternativas metodológicas elencadas no rol da pesquisas qualitativas, a Pesquisa-Ação (PA) se apresenta como uma metodologia de pesquisa estruturada, que pode auxiliar acadêmicos das áreas de administração e contabilidade a se aproximarem de soluções ativas para os problemas frente aos quais as organizações e a sociedade se deparam (THIOLLENT, 2009; MENELAU; SANTOS; CASTRO; NASCIMENTO, 2015). Não coincidentemente, observamos a retomada da discussão a respeito do uso da PA em administração e ciências contábeis, tanto levantando a produção acadêmica nacional (vide: OYADOMARI; SILVA; MENDONÇA NETO; RICCIO, 2014; MENELAU; SANTOS; CASTRO; NASCIMENTO, 2015), quanto propondo estratégias para utilização do método em pesquisas empíricas em contabilidade (SOARES; PATON; SANTOS; BEZERRA, 2009; FARIA; BORINELLI; MANTOVANI, 2010), empreendedorismo social (vide: NOVAES; GIL, 2009), sistemas de informação gerencial (FARIA; FREITAS; MARION, 2009; COSTA; POLITANO; PEREIRA, 2014) e estudos de consumo (LODI, 2014).

No presente artigo, apresentamos as origens da PA dentro do campo da pesquisa social, tratamos de formas de operacionalização do método e propomos uma discussão acerca da suposta falta de rigor da PA, da dificuldade de se gerar teorias a partir de pesquisas focadas em problemas específicos e da diluição do caráter transformador da PA no campo da Administração e das Ciências Contábeis. Com isso esperamos não só apontar caminhos para pesquisadores interessados na aproximação da academia aos problemas sociais, mas também chamar a atenção para o uso adequado da PA.

Origens e Fundamentos da Pesquisa-Ação

Mesmo que alguns autores apontem para o fato de que pesquisas com caráter semelhante ao da Pesquisa-Ação (PA) tenham sido desenvolvidas por pesquisadores alemães no início dos anos 1910 e por pesquisadores britânicos nos anos 1930 (vide TRIPP, 2005), a PA, com as características que se consolidaram na academia, teve sua origem na década de 1940, nos Estados Unidos. Seu desenvolvimento se deu dentro do campo da Psicologia Social, com duas intenções principais: oferecer uma nova opção metodológica aos pesquisadores das ciências sociais; e aproximar o conhecimento científico à sociedade, gerando possibilidade de mudança social. Na medida em que se percebia um afastamento entre a academia e a sociedade, alguns pesquisadores procuraram formas de superar a lacuna entre teoria e prática e fazer com que o conhecimento científico pudesse suportar mudanças sociais (ENGEL, 2000). Do ponto de vista metodológico, as ciências naturais continuavam a se desenvolver baseadas nos princípios positivistas, enquanto pesquisadores das ciências sociais percebiam as dificuldades de se aplicar métodos de pesquisa das ciências naturais aos sujeitos sociais, portadores de características heterogêneas no tempo e no espaço (CHECKLAND; HOLWELL, 1998). De acordo com El Andaloussi (2004), o conhecimento da realidade humana não pode se resumir a dados quantitativos e o pesquisador não pode considerar o ser humano como um objeto de estudo da mesma maneira que o objeto físico. Ainda segundo o autor, a complexidade da realidade humana não pode ser reduzida a variáveis simples e isoláveis e a observação pessoal do pesquisador não lhe permite uma observação objetiva (EL ANDALOUSSI, 2004).

Kurt Lewin, conhecido como fundador da PA, foi um psicólogo que se interessou em estudar grupos humanos e suas dinâmicas, tendo como foco a mudança social. Lewin tinha como objetivo não somente desenvolver o conhecimento a respeito do comportamento humano, mas buscava também formas de intervir nesses comportamentos. Seu trabalho realizado nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, tinha como objetivo entender e modificar o comportamento alimentar das mães de família norte-americanas, uma vez que durante a guerra o acesso aos alimentos foi afetado (MONCEAU, 2005). Lewin percebia as limitações de se compreender elementos do comportamento humano de forma isolada e considerava inadequado estudar eventos sociais reais e complexos em laboratórios. Sua proposta apontava para a necessidade de imersão do pesquisador na situação humana e o acompanhamento dessa situação ao longo do tempo, o que significa considerar que o único objeto de pesquisa garantido é o processo de mudança em si (CHECKLAND; HOLWELL, 1998).

O termo “Pesquisa-Ação” foi introduzido por Lewin para denominar um método de estudo do sistema social que busca uma compreensão acerca do processo social, ao mesmo tempo em que busca intervir nesse processo e resolver problemas específicos (GILLIS; JACKSON, 2002). No entanto, a PA não se restringe à ação de resolução da situação problemática, mas permite também aumentar o conhecimento do pesquisador e dos atores envolvidos (FREITAS; CALBINO; SANTOS; PEREIRA, 2010). Dessa forma, a PA aproxima pesquisadores e

pesquisados e o envolvimento dos participantes no processo de mudança faz com que eles pensem e reflitam sobre o que estão fazendo (ARGYRIS; PUTNAM; SMITH, 1985). Reason e Bradbury (2001) definem a PA como um processo participativo e democrático preocupado com o desenvolvimento de conhecimento prático na busca de objetivos humanos valiosos, fundamentados em uma visão de mundo participativa que emerge de um momento histórico específico. A PA busca unir ação e reflexão, teoria e prática de forma que, a partir da participação dos sujeitos envolvidos com a situação estudada, sejam encontradas soluções práticas para os problemas que os afligem (BRYDON-MILLER; GREENWOOD; MAGUIRE, 2003). Assim, a PA desafia a visão positivista acerca do conhecimento, que prega que a pesquisa deve ser objetiva e despojada de valores para ser crível (BRYDON-MILLER; GREENWOOD; MAGUIRE, 2003). De acordo com Thiollent (2009, p.2), a PA consiste em:

(...) acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos, identificando problemas coletivos, buscando e experimentando soluções em situação real.

Dessa forma, a PA envolve a coleta sistemática e análise de dados que gerem interpretações testadas diretamente no campo de atuação, com a finalidade de realizar mudanças e gerar conhecimento prático em um determinado contexto social (GREENWOOD; LEVIN, 1998; GILLIS; JACKSON, 2002). Na PA a pesquisa constitui a ação pela qual o pesquisador produz conhecimento, obedecendo a um conjunto de regras que devem ser aplicadas para garantir o status de cientificidade (EL ANDALOUSSI, 2004). A PA assume a função de diagnosticar uma situação, iniciar a ação que possa resolver o problema encontrado e acompanhar o desenrolar dessa ação. Assim, a característica principal da PA é a intenção de mudar uma determinada realidade social, proporcionando benefício a todos os envolvidos no processo ao mesmo tempo em que se gera conhecimento a respeito dessa realidade. Dessa forma, a PA não costuma ser aplicada na resolução de pequenos problemas do cotidiano, mas é destinada a tratar de questões mais complexas, situações de insatisfação ou crise, que precisam ser diagnosticadas (THIOLLENT, 1997).

Operacionalização da Pesquisa-Ação

Tratados a origem e os fundamentos da PA, desenvolvemos nessa seção uma apresentação a respeito da sua operacionalização. Para Tripp (2005), o primeiro aspecto importante a ser considerado por alguém interessado em desenvolver a PA é entender que toda investigação-ação é um procedimento que oscila sistematicamente entre investigação e ação e se transforma em um processo cíclico. Gopal e Prasad (2000) observam que não há um padrão único de operacionalização da PA, mas que esse processo é cíclico. Esse entendimento é fundamental para que se encare objetivamente a pesquisa como um processo. A Figura 01 apresenta o ciclo de investigação – ação.

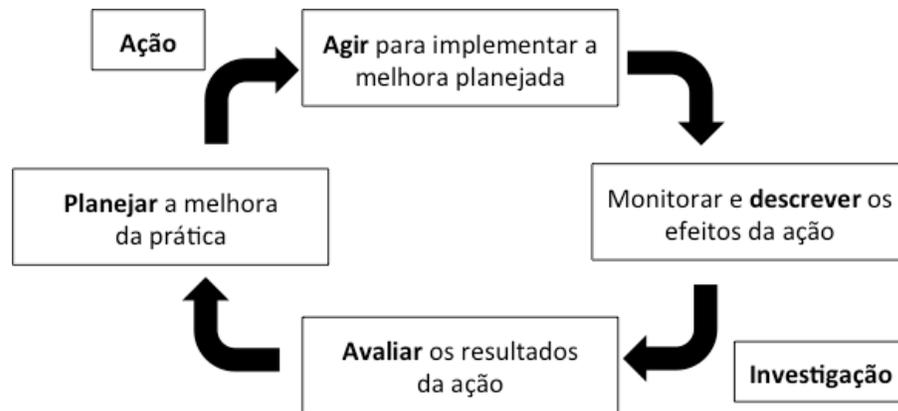


Figura 01 – Ciclo da Investigação – Ação

Fonte: adaptado de Tripp (2005)

Segundo Thiollent (2009), não existe um padrão único de instrumentalização da PA, mas é importante que se siga uma sequência lógica de operação que leva em conta as inter-relações entre a realidade social estudada e o desenvolvimento de conhecimento. Na PA os atores envolvidos interagem com os pesquisadores na busca pela elucidação da realidade em que estão inseridos. O pesquisador participa desse levantamento e orienta o debate, mas a realidade tem que ser apresentada e explicada pelos atores. Essa fase exploratória permite o diagnóstico da realidade do campo de pesquisa e serve como ponto de partida para a revisão bibliográfica desenvolvida pelo pesquisador (THIOLLENT, 2009).

Pinto (1989) divide o processo da PA em três momentos: i) *Investigação*, que visa produzir um conhecimento, uma compreensão da problemática dos grupos com os quais se trabalha e da percepção coletiva que tais grupos têm de sua própria problemática; ii) *Tematização*, que representa a ação reflexiva na produção do conhecimento da realidade em confronto com o referencial teórico já elaborado e desvelando, as contradições existentes na busca de sua superação através de um programa ou proposta pedagógica; e iii) *Programação/Ação*, que visa motivar os grupos e a população para ação através de uma programação coerente e adequada com a realidade e da capacitação das pessoas que participam do programa. Nesse sentido, Baldissiera (2001) coloca que a pesquisa científica deve ter continuidade em paralelo à ação, porque a realidade está em constante mutação. Assim, a PA tem início com uma análise situacional capaz de produzir uma visão ampla do contexto em que estão inseridos os participantes. É uma opção metodológica que estimula o envolvimento da comunidade a fim de abrir o universo de respostas para solucionar os problemas detectados (TRIPP, 2005; MELO NETO, 2003). Por isso é necessário criar espaços de participação. A PA como metodologia de pesquisa e de ação cria espaços onde as pessoas participam do projeto de atuação organicamente estabelecido. No tocante à operação da PA, propomos quatro fases interdependentes: fase exploratória; fase analítica; fase ativa; e fase avaliativa.

A fase exploratória da PA tem como objetivo estabelecer um estudo inicial da situação e identificar necessidades, características do universo a ser pesquisado, representações prévias, bem como levantamentos bibliográficos (THIOLLENT, 2009). É importante se ressaltar que o fato de se constituir como uma perspectiva eminentemente empírica, não afasta a PA de referências teóricas, sem as quais a PA não faria sentido (THIOLLENT, 1986). Portanto, já nesse momento

inicial, os pesquisadores devem contrastar a realidade do campo com as teorias disponíveis e identificar a relevância científica e prática do que está sendo pesquisado. É necessário que seja levantado um referencial teórico que sirva de suporte para o desenvolvimento de um problema de pesquisa e leve em conta a realidade do local onde será realizada a pesquisa. A problematização exige que o pesquisador proponha uma articulação teórica e prática coerente no terceiro passo da PA. A teoria levantada deve auxiliar os pesquisadores a formular proposições a respeito de possíveis soluções para os problemas levantados. Como resultado da articulação entre teoria e prática, são formuladas proposições a respeito de possíveis caminhos para solução do problema de pesquisa. Como exposto por Checkland e Holwell (1998), o processo da PA parte da aceitação de que temas ou proposições devam substituir hipóteses. A pesquisa sobre como introduzir um determinado sistema de informações em uma organização, por exemplo, podem evoluir para uma pesquisa a respeito de quais mudanças organizacionais são necessárias a priori para que se compreenda a introdução de um sistema de informações na organização. Os pesquisadores apresentam essas proposições ao grupo de participantes em um seminário que busca, mais uma vez, aproximar as perspectivas teóricas dos pesquisadores às práticas dos participantes.

Ao longo desse seminário são promovidas discussões e tomadas de decisões conjuntas a respeito da definição de temas e problemas de pesquisa. Nesse momento também são constituídos grupos de estudos e são definidas as ações a serem desenvolvidas, assim como as formas de acompanhamento e avaliação de resultados. As técnicas de coleta de dados são definidas em função do que foi definido no seminário e servirão tanto para acompanhamento e controle das ações práticas como suporte para análise que trará ampliação conhecimento acadêmico. Portanto, os dados podem ser extraídos por meio de entrevistas em profundidade, entrevistas episódicas, grupos focais, levantamentos com questionários tradicionais, observação participante, ou quaisquer métodos de coleta de dados que façam sentido para a pesquisa, desde que os protocolos científicos sejam seguidos. É importante lembrar que o objeto de investigação não se constitui em pessoas, mas em situações reais sociais e seus problemas.

A fase analítica se inicia com a apresentação dos dados coletados para discussão, análise e interpretação conjunta entre pesquisadores e participantes. A análise dos dados deve servir para o aprendizado de pesquisadores e participantes a respeito do problema. Esse aprendizado conjunto envolve a produção e a circulação de informações e as tomadas de decisão a respeito de como serão tratados os problemas levantados na fase exploratória. Essa fase termina com o interação entre saberes práticos e teóricos e a construção de novos conhecimentos.

Em seguida à fase analítica, a fase ativa envolve a definição de um plano de ação dos participantes. Nesse momento também são definidos os objetivos e critérios de avaliação da pesquisa, são identificados os atores e as relações entre eles e são traçadas as estratégias que assegurem a participação dos sujeitos na ação. Também é definida a metodologia de avaliação conjunta dos resultados que sirva como subsídio para a última fase da PA, a fase avaliativa. Essa fase envolve a avaliação da efetividade das ações desenvolvidas e a avaliação do conhecimento desenvolvido pelos pesquisadores. Essa fase se encerra com o retorno dos resultados da pesquisa aos participantes, assim como a divulgação dos resultados científicos em eventos, congressos, teses e publicações acadêmicas. As fases de operação da PA são apresentadas na Figura 02.

Fase Exploratória	Colocação de Problemas	Discussão sobre a relevância científica e prática do que está sendo pesquisado
	Referencial Teórico	Articulação com referencial teórico de acordo com local onde será realizada a pesquisa
	Problematização	Proposições formuladas pelos pesquisadores a respeito de possíveis soluções para problemas levantados
	Seminário	Promover discussão e tomada de decisões acerca da investigação (definição de temas e problemas), constituir grupos de estudos, definir ações, acompanhar e avaliar resultados
	Coleta de Dados	Definição das técnicas de coleta de dados a serem utilizadas – entrevistas em profundidade, entrevistas episódicas, grupos focais, levantamentos, observação-participante
Fase Analítica	Apresentação de dados	Apresentação de dados para discussão, análise e interpretação
	Aprendizagem	Ações investigadas envolvem produção e circulação de informações, tomadas de decisão, supondo capacidade de aprendizagem dos participantes
	Saber formal e informal –	Interação entre saberes prático e teórico que constrói novos conhecimentos
Fase Ativa	Plano de Ação	Definição dos atores, da relação entre eles, quem são os líderes, quais os objetivos e os critérios de avaliação da pesquisa, continuidade frente às dificuldades, quais estratégias serão utilizadas para assegurar a participação dos sujeitos, incorporação de sugestões e qual a metodologia de avaliação conjunta de resultados.
Fase Avaliativa	Avaliação de Efetividade	Controle da efetividade das ações no contexto social da pesquisa e suas consequências a curto e médio prazos
	Avaliação de Conhecimento	Extração dos conhecimentos necessários para estender as ações realizadas a outros casos.
	Divulgação Externa	Nessa fase ocorre o retorno dos resultados da pesquisa aos participantes, divulgação dos resultados em eventos, congressos, conferências, teses e publicações científicas.

Figura 02 – Fases da Operação da Pesquisa-Ação

Fonte: elaborado pelos autores

Discussão - Pesquisa-Ação em Administração e Contabilidade

Não há uma definição a respeito de quando a PA passou a ser adotada em pesquisas no campo da Administração e das Ciências Contábeis, mais especificamente. Menelau et al. (2015) apontam que o próprio Kurt Lewin teria utilizado a PA em atividades de desenvolvimento de recursos humanos em empresas estadunidenses na década de 1940, o que já caracterizaria o uso da PA em estudos de gestão. Para Thiollent (2005), a PA foi utilizada inicialmente no campo para se analisar a interrelação entre aspectos sociais e tecnológicos em organizações europeias na década de 1960. No entanto, nesse mesmo momento, o modelo de ensino e pesquisa desenvolvido nas *business schools* estadunidenses alcançava seu primado baseando-se no desenvolvimento de conhecimento científico fundamentado no princípio positivista do rigor. Por conta disso, a PA passou a ser associada ao ativismo social e ao fim dos anos 1960 seu uso sofreu declínio acentuado em estudos de administração e contabilidade (STRINGER, 2014).

Somente nos anos 1990 a PA voltou a ser utilizada no campo, tendo passado a ser utilizada para solução de problemas de sistemas de informação. A retomada e o desenvolvimento do uso da PA em pesquisas de administração e contabilidade, contudo, não se deram sem tensões. De um lado, pesquisadores com posições mais conservadoras seguem apontando uma suposta falta de rigor da PA e criticam a dificuldade de se gerar teorias a partir pesquisas fundamentalmente focadas na resolução de problemas específicos. De outro lado, investigadores com viés crítico apontam a diluição do caráter transformador da PA e o uso da metodologia de forma desvinculada à mudança da realidade social.

A discussão acerca do rigor envolve não apenas a PA, mas as pesquisas qualitativas participativas em geral. Conforme apontado por Peruzzo (2003), os princípios, os métodos e a validade das pesquisas participativas ainda enfrentam dificuldade de reconhecimento em alguns campos científicos. Formas alternativas de pesquisa ainda têm a validade científica questionada e, dessa forma, a flexibilidade de procedimentos da PA, sua rejeição ao positivismo e sua abordagem cíclica (ação, reflexão e reconstrução do conhecimento) podem causar estranhamento a investigadores próximos ao *mainstream* (BERTOLIN; ZWICK; VILAS BOAS, 2011). Pesquisadores de administração e ciências contábeis ainda buscam reconhecimento do *status* científico de seus campos e, assim, o rigor científico, importado do projeto positivista das ciências naturais, é considerado por muitos condição fundamental para qualificação de pesquisas científicas. Os conteúdos dos programas de pós-graduação e os trabalhos publicados nos periódicos desses campos deixam clara essa direção.

Para Tripp (2005), a discussão acerca do rigor científico na PA é superada a partir do momento em que se entende que a PA é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consolidadas na academia como suporte para informação e decisão a respeito da melhora de uma prática. Assim, as técnicas de pesquisas utilizadas devem atender aos mesmos critérios que quaisquer outros tipos de pesquisa acadêmica. Acrescentaríamos a esse ponto o fato de que a posição ontológica da PA pressupõe a aproximação entre pesquisador e pesquisado e a intenção de mudança social e que isso não pode ser entendido como falta de rigor científico, mas como uma forma legítima de se gerar conhecimento a respeito das práticas sociais.

Acerca da dificuldade de geração de teorias a partir de abordagens ativas também consideramos esse argumento impreciso. De fato, o objetivo final da PA é gerar uma mudança social, mas não podemos deixar de frisar que sua operação se inicia com a discussão acerca da relevância científica e prática do que será pesquisado, conforme apresentamos na seção anterior (vide Figura 02). Da mesma forma, a articulação entre teorias existentes e o problema enfrentado em um determinado contexto pode servir para que se reflita a respeito das teorizações disponíveis. A compreensão das situações enfrentadas, o planejamento das ações a serem implantadas e a explicação dos resultados encontrados no campo depende da capacidade do pesquisador articular teorias existentes e suas possíveis extensões. As experiências de pesquisa participativa podem contribuir para o desenvolvimento teórico, uma vez que não são definidas e desenvolvidas no vácuo, mas construídas a partir de teorizações prévias.

Outro ponto a ser levado em consideração a respeito das possibilidades de geração de teorias a partir da PA está relacionado ao acompanhamento dos processos de mudança. O princípio da PA é de que o conhecimento é gerado a partir do acompanhamento e da análise do processo de resolução do problema: o que foi feito, os caminhos seguidos, as trajetórias mal ou bem-sucedidas, como os problemas encontrados foram corrigidos. Dessa forma, o conhecimento gerado não se relaciona somente à solução em si, mas às possíveis novas formas de observação, análise e intenção sobre a realidade investigada. A opção por integrar o sujeito da pesquisa à

metodologia de pesquisa evita que as soluções sejam artificiais, como comumente acontece quando organizações se utilizam de conhecimentos normativos retirados de outros tempos e contextos. Dificilmente outras formas de pesquisa seriam capazes de gerar conhecimento acerca dos processos e práticas que levam a mudanças sociais. Desse conhecimento a respeito de processos e práticas, teorias podem ser desenvolvidas ou aperfeiçoadas, tanto no campo da administração quanto das ciências contábeis. Acrescente-se a essa virtude da PA a possibilidade de se avaliar os resultados obtidos com a adoção de uma determinada ação. Nesse caso, a PA pode ser utilizada para se examinar as proposições teóricas correntes e para se buscar novas possibilidades teóricas para explicação da realidade.

Do ponto de vista de pesquisadores críticos, o uso da PA em trabalhos de administração e ciências contábeis não têm sido acompanhado de mudança social. Segundo El Andaloussi (2004), fatores sociopolíticos podem desestimular a criticidade da PA, uma vez que a solução de problemas concretos pode levar a questionamentos a respeito de aspectos relacionados, mais amplos e complexos numa sociedade e até mesmo contrapor as posições de pesquisadores e participantes.

Thiollent (2005) considera que nenhuma pesquisa dentro do ambiente organizacional é feita sem o consentimento dos empresários e em muitos casos é orientada e financiada por eles. Nesse caso, o resultado da ação será, obviamente, aquele que for mais interessante para o gestor da organização. Em muitos casos as formas de engajamento dos sujeitos e de acesso às suas experiências vividas, assim como as intervenções desenvolvidas nas pesquisas em administração e contabilidade com uso de métodos participativos, passaram a deixar de lado a perspectiva democrática e transformativa. Uma análise crítica da aplicação da PA nas áreas de administração e contabilidade aponta para essa distorção: a pesquisa é aplicada aos interesses particulares de dirigentes em detrimento do proveito dos pesquisados. Como exposto por Menelau et al. (2015), muitas das pesquisas que utilizam a PA no Brasil são fundamentadas na ideologia de competição capitalista e mantêm as distâncias de poder entre gestores e geridos. Por conta disso, esses estudos trazem possibilidades de ação, mas se afastam da intenção original da PA.

Considerações Finais

O uso da PA permanece associado à pretensão de se alcançar ações efetivas, transformações ou mudanças no campo social e, por isso, a metodologia tornou-se profundamente identificada a campos acadêmicos associados à transformação social, enquanto deixou de ser associada à “ciência pura”. Pesquisadores dos campos da Educação, Serviço Social ou Psicologia Social, por exemplo, tomaram a frente no uso e desenvolvimento da PA, enquanto acadêmicos de outras áreas, como Administração e Ciências Contábeis, se distanciaram desse caminho metodológico.

A aproximação do pesquisador ao sujeito pesquisado e sua realidade tem como objetivo conhecer as dinâmicas dos grupos sociais e realizar mudança social. O pesquisador que utiliza a PA busca compreender o processo social ao mesmo tempo em que busca intervir nesse processo. Dessa forma, além de agir sobre a situação problemática, o pesquisador também procura aumentar o conhecimento acerca do problema, tanto para si quanto para os atores envolvidos. Em sua origem, a PA é caracterizada por sua abordagem transformativa, fundamentalmente participativa e orientada para a ação dirigida pelos sujeitos da pesquisa. A intenção principal da PA é mudar uma determinada realidade social e proporcionar benefícios a todos envolvidos no processo.

Como já salientado por Menelau et al. (2015) e Thiollent (2005), percebemos que o uso da PA em estudos de Administração e Ciências Contábeis no Brasil ainda precisa de mais aprofundamento. Em primeiro lugar, observa-se um certo distanciamento entre as pesquisas que utilizam PA no campo da Administração e das Ciências Contábeis e o posicionamento axiológico da PA. Muitas pesquisas realizadas no campo utilizam a PA exclusivamente para a resolução de problemas organizacionais. A chamada ‘abordagem intervencionista’ é fundamentalmente funcionalista e focada na resolução de questões das organizações e pode ser considerada uma desvirtuação da PA.

Em momentos em que a academia se mostra afastada da sociedade e desconhece seus problemas reais, o uso da PA em estudos do campo da Administração e Ciências Contábeis pode servir para que esse campo apresente mais relevância. Além disso, a pesquisa participativa oferece novas possibilidades de compreensão do comportamento humano e o processo de mudança social que podem levar a contestação de teorias existentes ou mesmo ao desenvolvimento de novas teorias.

Referências Bibliográficas

ARGYRIS, C.; PUTNMAN, R.; SMITH, D. M. **Action Science: Concepts, Methods, and Skills for Research and Intervention**. San Francisco: Jossey-Bass, 1985.

BALDISSERA, A. Pesquisa – ação: Uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. Pelotas – RS: 2001. **Revista Sociedade em Debate**.

BERTOLIN, R. V.; ZWICK, E. ; VILAS BOAS, A. A. . A Pesquisa-ação na Construção Social da Ação: Uma Abordagem Emancipatória. In: EnEPQ - **III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**, 2011, João Pessoa-PB. III EnEPQ, 2011.

BRYDON-MILLER, M.; GREENWOOD, D.; MAGUIRE, P. Why action research? **Action Research**, v.1, n.1, p.9-28, 2003.

CHECKLAND, P.; HOLWELL, S. Action research: Its nature and validity. **System Practice and Action Research**, v.11, n.1, p.9-21, 1998

COSTA, E. P.; POLITANO, P. R.; PEREIRA, N. A. Exemplo de aplicação do método de Pesquisa-ação para a solução de um problema de sistema de informação em uma empresa produtora de cana-de-açúcar. **Gestão e Produção**, v.21, n.4, p.895-905, 2014 .

EL ANDALOUSSI, K. **Pesquisas-Ações: Ciências, Desenvolvimento, Democracia**. São Carlos: Ed.UFSCar, 2004.

ENGEL, G. I. **Pesquisa-ação. Educar**, Curitiba, n. 16, p. 181-191. Editora da UFPR. 2000.

FARIA, A. C.; BORINELLI, M. L.; MANTOVANI, N. Análises multidimensionais e o conceito do custo para servir em empresa de serviços logísticos: uma pesquisa-ação. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v.4, n.9, p.127-144, 2010

FARIA, A. C.; FREITAS, L. H.; MARION, J. C. O empreendedor e a aplicação do sistema de custeio-alvo em pequena empresa do segmento de plástico: uma pesquisa-ação. **Revista de Negócios**, v.14, n.1, p. 63-81, 2009.

FREITAS, J.; CALBINO, D.; SANTOS, A.; PEREIRA, R. D. Em defesa do uso da pesquisa-ação na pesquisa em administração no Brasil. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v.11, n.3, p.425-445, 2010.

GILLIS, A.; JACKSON, W.; **Research methods for nurses: Methods and interpretation.** Philadelphia: F.A. Davis Company, 2002.

GOPAL, A.; PRASAD, P. Understanding GDSS in symbolic context: shifting the focus from technology to interaction. **MIS Quarterly**, v. 24, n. 3, p. 509-546, 2000.

GREENWOOD, D. J.; LEVIN, M.; **Introduction to action research: Social research for social change.** Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

LODI, M. D. F. Uma Reflexão sobre o uso da Pesquisa-ação e a Hermenêutica à luz da Teoria de Prática. In: AdCont 2014, Rio de Janeiro. **V Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis** - AdCont, 2014.

MAGUIRE, P. **Doing Participatory Action Research: A feminist approach.** Massachusetts: University of Massachusetts Press, 1987.

MAJOR, M. J. Positivism and the “alternative” accounting research. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.28, n.75, p.173-178, 2017.

MELO NETO, J. F.. **Pesquisa-ação (aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular).** In: Roberto Jarry Richardson. (Org.). Pesquisa-ação: princípios e métodos. 1ed. João Pessoa - PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, v. 1, p. 183-197, 2003.

MENELAU, S.; SANTOS, P. M. F.; CASTRO, B. G. A.; NASCIMENTO, T. G. Realizar pesquisa sem ação ou pesquisa-ação na área de Administração? Uma reflexão metodológica. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 50, n. 1, p. 40-55, 2015.

MONCEAU G. Transformar as práticas para conhecê-las: pesquisa-ação e profissionalização docente. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 467-82, 2005.

NOVAES, M.; GIL, A. A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. RAM – **Revista de Administração Mackenzie**, v.10, n.1. São Paulo, 2009

OYADOMARI, J. C. T.; SILVA, P. L.; MENDONÇA NETO, O. R.; RICCIO, E. L. Pesquisa Intervencionista: um ensaio sobre as oportunidades e riscos para pesquisa brasileira em Contabilidade Gerencial. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 7, n. 2, p. 0-0, 2014.

PERUZZO, C. M. K. Da pesquisa participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos. In: MELO, J. M.; GOBBI, M. C. (Orgs.). **Pensamento Comunicacional Latino-americano.** São Bernardo do Campo: UESP/Cátedra Unesco, 2003, cap.5, p. 115-134.

PINTO, João Bosco Guedes. **Pesquisa-Ação: Detalhamento de sua sequência metodológica.** Mimeo. Recife, 1989.

REASON, P.; BRADBURY, H. **Handbook of action research: participative inquiry and practice.** Londres: Sage, 2001.

SOARES, M.; PATON, C.; SANTOS, A. F. D.; BEZERRA, F. A. Uma discussão sobre a viabilidade da Pesquisa-Ação na Contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 7, p. 109-126, 2009.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n.23, p.137-202, 2005.

STRINGER, E. T. **Ação Research**. 4 ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

THIOLLENT, M. J. M.. Note sur les tendances méthodologiques des sciences sociales au Brésil. **Bulletin de Méthodologie Sociologique**, Paris, v. 10, p. 52-53, 1986.

THIOLLENT, M. J. M.. Extensão Universitária, Educação Permanente e Educação Ambiental.. **Revista de Graduação da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 51-56, 1997.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v.31, n.3, p.442-466, 2005.

XAVIER, W. S.; BARROS, A. N. Para além das métricas: o que faz uma academia qualificada? **Farol- Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v.4, n.9, p. 391-428, 2017.